



# CONCURSO PÚBLICO

## SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA



Universidade  
Estadual do Piauí

### PROVA ESCRITA OBJETIVA

**CARGO: DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL**

**DATA: 15/06/2014 – HORÁRIO: 9h às 14h (horário do Piauí)**

#### LEIA AS INSTRUÇÕES:

- Você deve receber do fiscal o material abaixo:
  - Este caderno com 80 questões objetivas sem repetição ou falha.
  - Um CARTÃO-RESPOSTA destinado às respostas objetivas da prova.

**OBS: Para realizar sua prova, use apenas o material mencionado acima e em hipótese alguma, papeis para rascunhos.**
- Verifique se este material está completo, em ordem e se seus dados pessoais conferem com aqueles constantes do CARTÃO-RESPOSTA.
- Após a conferência, você deverá assinar seu nome completo, no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA utilizando caneta esferográfica com tinta de cor preta ou azul.
- Escreva o seu nome nos espaços indicados na capa deste CADERNO DE QUESTÕES, observando as condições para tal (assinatura e letra de forma), bem como o preenchimento do campo reservado à informação de seu número de inscrição.
- No CARTÃO-RESPOSTA, a marcação das letras correspondentes às respostas de sua opção, deve ser feita com o preenchimento de todo o espaço do campo reservado para tal fim.
- Tenha muito cuidado com o CARTÃO-RESPOSTA, para não dobrar, amassar ou manchar, pois este é personalizado e em hipótese alguma poderá ser substituído.
- Para cada uma das questões são apresentadas cinco alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); somente uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você deve assinalar apenas **uma alternativa para cada questão**; a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **mesmo que uma das respostas esteja correta**; também serão nulas as marcações rasuradas.
- As questões são identificadas pelo número que fica à esquerda de seu enunciado.
- Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo da Prova. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir a este respeito.
- Reserve os 30 (trinta) minutos finais do tempo de prova para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no CADERNO DE QUESTÕES não serão levados em conta.
- Quando terminar sua prova, assine a LISTA DE FREQUÊNCIA, entregue ao Fiscal o CADERNO DE QUESTÕES e o CARTÃO-RESPOSTA, que deverão conter sua assinatura e impressão digital.
- O TEMPO DE DURAÇÃO PARA ESTA PROVA É DE **5h (cinco horas)**.
- Por motivos de segurança, você somente poderá ausentar-se da sala de prova depois de decorridas **2h (duas horas)** do seu início.
- O rascunho ao lado não tem validade definitiva como marcação do CARTÃO-RESPOSTA, destina-se apenas à conferência do gabarito por parte do candidato e deverá ser destacado somente pelo Fiscal de Sala.

**Nº DE INSCRIÇÃO**

--	--	--	--	--	--

Assinatura

Nome do Candidato (letra de forma)

#### RASCUNHO

01		41	
02		42	
03		43	
04		44	
05		45	
06		46	
07		47	
08		48	
09		49	
10		50	
11		51	
12		52	
13		53	
14		54	
15		55	
16		56	
17		57	
18		58	
19		59	
20		60	
21		61	
22		62	
23		63	
24		64	
25		65	
26		66	
27		67	
28		68	
29		69	
30		70	
31		71	
32		72	
33		73	
34		74	
35		75	
36		76	
37		77	
38		78	
39		79	
40		80	

CONCURSO PÚBLICO DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA – DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL - 2014

NÚCLEO DE CONCURSOS E PROMOÇÃO DE EVENTOS – NUCEPE

FOLHA DE ANOTAÇÃO DO GABARITO - ATENÇÃO: Esta parte somente deverá ser destacada pelo fiscal da sala, após o término da prova.

**Nº DE INSCRIÇÃO**

--	--	--	--	--	--	--

**TEXTO I (Para as questões de 01 a 10)****Ordem ou Barbárie**

O fenômeno da violência é tão antigo quanto o ser humano. Desde sua criação (ou surgimento, dependendo do ponto de vista), o homem sempre esteve dividido entre razão e instinto, paz e guerra, bem e mal.

Há quem tente explicar a violência, a opção pela criminalidade, como consequência da pobreza, da falta de oportunidades: o homem fruto de seu meio. Sem poder fazer as próprias escolhas, destituído de livre-arbítrio, o indivíduo seria condenado por sua origem humilde à condição de bandido. Mas acaso a virtude é monopólio de ricos e remediados? Creio que não.

Na propaganda institucional, a pobreza no Brasil diminuiu, o poder de compra está em alta, o desemprego praticamente desapareceu... Mas, se a violência tem relação direta com a pobreza, como explicar que a criminalidade tenha crescido em igual ou maior proporção que a renda do brasileiro? Criminalidade e pobreza não andam necessariamente de mãos dadas.

Na semana passada, a violência (ou a falta de segurança) voltou ao centro dos debates. O flagrante de um jovem criminoso nu, preso a um poste por um grupo de justiceiros deu início a um turbilhão de comentários polêmicos. Em meu espaço de opinião no jornal "SBT Brasil", afirmei compreender (e não aceitar, que fique bem claro!) a atitude desesperada dos justiceiros do Rio.

(...)

Não é de hoje que o cidadão se sente desassistido pelo Estado e vulnerável à ação de bandidos. (...) Estamos entre os 20 países mais violentos do planeta. E, apesar das estatísticas, em matéria de ações de segurança pública, estamos praticamente inertes e, pior: na contramão do bom senso!

(...)

No Brasil de valores esquizofrênicos, pode-se matar um cidadão e sair impune. Mas a lei não perdoa quem destrói um ninho de papagaio. É cadeia na certa!

(...)

Quando falta sensatez ao Estado é que ganham força outros paradoxos. Como jovens acuados pela violência que tomam para si o papel da polícia e o dever da Justiça. Um péssimo sinal de descontrole social. É na ausência de ordem que a barbárie se torna lei.

(Rachel Sheherazade - jornal Folha de São Paulo, 11 de fevereiro de 2014)

**QUESTÃO 01**

A frase do texto que, de forma mais completa e adequada, resume o ponto de vista defendido pela autora, sobre o tema discutido, é

- a) *O fenômeno da violência é tão antigo quanto o ser humano.*
- b) *O homem fruto de seu meio.*

- c) *É na ausência de ordem que a barbárie se torna lei.*
- d) *Na propaganda institucional, a pobreza no Brasil diminuiu.*
- e) *No Brasil de valores esquizofrênicos, pode-se matar um cidadão e sair impune.*

## QUESTÃO 02

Quando falamos ou escrevemos, é comum explicitarmos com palavras, frases, expressões, o nosso posicionamento quanto àquilo que desejamos transmitir aos nossos interlocutores. No texto acima, a subjetividade da autora sobre o assunto tratado é verificada em

- a) *o homem sempre esteve dividido entre razão e instinto, paz e guerra, bem e mal.*
- b) *Mas acaso a virtude é monopólio de ricos e remediados? Creio que não.*
- c) *Na semana passada, a violência (ou a falta de segurança) voltou ao centro dos debates.*
- d) *Estamos entre os 20 países mais violentos do planeta.*
- e) *pode-se matar um cidadão e sair impune.*

## QUESTÃO 03

Em: *Criminalidade e pobreza não andam necessariamente de mãos dadas.*, a palavra **necessariamente** poderia ser substituída, sem prejuízo para o sentido do que é dito por

- a) *possivelmente.*
- b) *totalmente.*
- c) *praticamente.*
- d) *obrigatoriamente.*
- e) *naturalmente.*

## QUESTÃO 04

No texto, a autora sugere admitir

- a) *que a pobreza indiscutivelmente é o fator determinante para o desencadeamento da violência.*
- b) *que a violência só existe, em grande escala, em virtude de o homem estar dividido entre o bem e o mal.*
- c) *que não deve ser punido quem destrói um ninho de papagaio.*

- d) *que, no caso da atitude desesperada dos justiceiros do Rio, não haveria algo diferente a ser feito.*
- e) *que a violência de hoje e de sempre não pode ser justificada apenas pelo fato de o homem ser fruto de seu meio.*

## QUESTÃO 05

Nas opções abaixo, aquela cuja palavra ou expressão destacada **NÃO** sugere ideia de tempo é

- a) **Desde** sua criação (ou surgimento, dependendo do ponto de vista).
- b) **Há** quem tente explicar a violência, a opção pela criminalidade.
- c) **Na semana passada**, a violência (ou a falta de segurança) voltou ao centro dos debates.
- d) **Não é de hoje** que o cidadão se sente desassistido pelo Estado.
- e) **Quando** falta sensatez ao Estado é que ganham força outros paradoxos.

## QUESTÃO 06

A opção em que o segmento destacado na palavra, do ponto de vista de sua forma, é o mesmo que se verifica em: *na contramão do bom senso!*, é

- a) *o desemprego praticamente desapareceu...*
- b) *como explicar que a criminalidade tenha crescido.*
- c) *Mas acaso a virtude é monopólio de ricos e remediados?*
- d) *como explicar que a criminalidade tenha crescido em igual ou maior proporção que a renda do brasileiro?*
- e) *vulnerável à ação de bandidos.*

### QUESTÃO 07

A palavra destacada em: *deu início a um turbilhão de comentários **polêmicos**.*, presta-se a estabelecer algum atributo, qualificação àquela que a antecede. Uma relação diferente dessa é verificada na palavra em destaque, em

- a) *seria condenado por sua origem **humilde** à condição de bandido.*
- b) *Na propaganda **institucional**, a pobreza no Brasil diminuiu.*
- c) *a atitude **desesperada** dos justiceiros do Rio.*
- d) *Um péssimo **sinal** de descontrole social.*
- e) *Um péssimo sinal de descontrole **social**.*

### QUESTÃO 08

No texto, verificamos sequências tais como: *Na semana passada, a violência (ou a falta de segurança) voltou ao centro dos debates.* Neste trecho, em especial, o segmento que se encontra entre parênteses sugere, textualmente

- a) uma correção que fecha qualquer outra possibilidade de interpretação do que foi dito antes.
- b) uma retificação necessária à argumentação que se seguirá.
- c) uma reformulação que denota controle da comunicação por parte do autor do texto.
- d) uma forma de ratificar o seu pensamento em favor de uma linha única de argumentação.
- e) uma forma de resumir todo um pensamento anterior e adequar o seu discurso ao contexto.

### QUESTÃO 09

A opção em que a palavra destacada encontra-se em sentido figurado ou conotativo é

- a) *se a violência tem relação direta com a pobreza, como explicar que a **criminalidade** tenha crescido em igual*

*ou maior proporção que a renda do brasileiro?*

- b) *o indivíduo seria condenado por sua origem humilde à condição de **bandido**.*
- c) *afirmei compreender (e não aceitar, que fique bem claro!) a **atitude** desesperada dos justiceiros do Rio.*
- d) *deu início a um **turbilhão** de comentários polêmicos.*
- e) *Criminalidade e **pobreza** não andam necessariamente de mãos dadas.*

### QUESTÃO 10

Considerando os aspectos gramaticais, julgue as opções abaixo e assinale aquela que contém uma afirmação **CORRETA**.

- a) Em: *Há quem tente explicar a violência, a opção pela criminalidade, como consequência da pobreza, da falta de oportunidades:* verifica-se uma incorreção relacionada à concordância gramatical em **falta de oportunidades**.
- b) Em: **se** a violência tem relação direta com a pobreza, a palavra destacada poderia, sem alteração de sentido, ser substituída pela expressão **já que**.
- c) Em: *o homem sempre esteve dividido entre razão e instinto, paz e guerra, bem e mal,* constatamos um uso incorreto da vírgula logo após a palavra *instinto*.
- d) Em: *Não é de hoje que o cidadão se sente desassistido pelo Estado e vulnerável à ação de bandidos.*, o uso do acento grave, indicador de crase, em **à ação** é facultativo.
- e) No trecho: *como explicar que a criminalidade tenha crescido em igual ou maior proporção que a renda do brasileiro?*, o segmento destacado confere ao contexto uma relação de causalidade.

**Leia, a seguir, trechos de uma entrevista concedida pelo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral e ministro do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio Mello, à Revista Veja, para responder às questões de 11 a 15.**

**Veja:** Nos últimos meses, houve uma série de manifestações no Brasil. Agora, há rolezinhos em shopping centers. A sociedade e as autoridades estão sabendo lidar com essas situações?

**Ministro:** Aquela crença de que o brasileiro é pacífico é falsa. O brasileiro protesta, sim. A situação chegou a um limite extremo, os serviços prestados são tão ruins que há um inconformismo generalizado. Mas a sociedade não é vítima quando a situação política chega a esse ponto, ela é culpada. Reclama do governo e se esquece de que quem colocou os políticos lá foi ela própria. A manifestação é uma maneira legítima de mostrar sua insatisfação com a vida nacional. Razões para protestar não faltam. Ainda mais com a carga tributária que temos, que mais parece um confisco. Mas todos precisam perceber que são culpados pela situação.

(...)

**Veja:** A situação das prisões brasileiras é medieval. A falta de ação dos governos para melhorá-las contribui para o aumento da criminalidade?

**Ministro:** Exatamente. A população carcerária provisória chegou ao mesmo número da população definitiva, quando se prega na Constituição que só se pode prender depois de assentada a culpa. Mas, no afã de dar uma satisfação vã à sociedade, transformou-se a regra - o cidadão responder ao processo em liberdade - em exceção. Com isso, o Estado não respeita a integridade do preso. As condições são desumanas e não há ressocialização dos presos. Por isso os índices de reincidência são altíssimos. O preso

não sai reeducado para a vida em sociedade. Ele sai embrutecido.

(Revista VEJA. Editora ABRIL. Edição 2360 - ano 47 - nº 7 - 12 de fevereiro de 2014 - p. 16. Por Otávio Cabral)

### **QUESTÃO 11**

A entrevista é um evento comunicativo que se realiza sob condições contextuais específicas. A entrevista, acima, desenvolve-se a partir de uma linguagem com características de norma

- a) culta, na modalidade oral.
- b) coloquial, na modalidade escrita.
- c) culta, na modalidade escrita.
- d) popular, na modalidade escrita.
- e) informal, na modalidade oral.

### **QUESTÃO 12**

Ao considerar que *a sociedade não é vítima quando a situação política chega a esse ponto, ela é culpada. Reclama do governo e se esquece de que quem colocou os políticos lá foi ela própria.* o Ministro

- recorre, argumentativamente, na sua fala,
- a) a aspectos da cultura do povo, relativamente à tolerância dispensada aos políticos.
  - b) a elementos da história do povo brasileiro, que por muito tempo viveu em regime de opressão.
  - c) ao pensamento da população no sentido de isentar os políticos das suas responsabilidades.
  - d) aos preceitos democráticos, regime vigente, no Brasil.
  - e) à ideia de que o brasileiro é um povo de má índole.

### QUESTÃO 13

A resposta do Ministro à primeira pergunta que lhe foi apresentada

- a) é objetiva e vai direto ao tema abordado.
- b) é objetiva e aprofunda a questão dos protestos embutidos nos *rolezinhos*.
- c) tangencia o tema abordado na questão para ampliar a discussão.
- d) é satisfatória e literalmente respondida.
- e) é redirecionada para focalizar o caráter dos políticos brasileiros.

### Trecho para as questões 14 e 15.

*Aquela crença de que o brasileiro é pacífico é falsa. O brasileiro protesta, sim. A situação chegou a um limite extremo, os serviços prestados são tão ruins que há um inconformismo generalizado. Mas a sociedade não é vítima quando a situação política chega a esse ponto, ela é culpada. Reclama do governo e se esquece de que quem colocou os políticos lá foi ela própria.*

### QUESTÃO 14

Em *Reclama do governo e se esquece de que quem colocou os políticos lá foi ela própria.*, o segmento em destaque retoma, textualmente, o destaque, em

- a) *Aquela **crença** de que o brasileiro é pacífico é falsa.*
- b) *A **situação** chegou a um limite extremo.*
- c) *Mas a sociedade não é **vítima**.*
- d) *quando a **situação política** chega a esse ponto.*
- e) *Mas a **sociedade** não é vítima.*

### QUESTÃO 15

Em: *os serviços prestados são tão ruins que há um inconformismo generalizado*, as relações sintático-semânticas que se estabelecem entre as orações principal e subordinada são de

- a) causa e consequência.
- b) causa e condição.
- c) comparação e consequência.
- d) condição e comparação.
- e) conformidade e causa.

### QUESTÃO 16

Analise as afirmativas abaixo sobre a Internet e aponte a alternativa **CORRETA**.

- I – O HTTPS é um protocolo de transferência de páginas web que criptografa as informações antes de enviar ao destinatário.
  - II – O browser é um aplicativo que permite navegar entre páginas web.
  - III – A URL consiste de domínio://máquina/caminho/recurso.
- a) Somente afirmativa I.
  - b) Afirmativas I e II.
  - c) Somente afirmativa II.
  - d) Afirmativa I, II e III.
  - e) Nenhuma das afirmativas acima.

### QUESTÃO 17

Sobre segurança da informação, analise as afirmativas seguintes e aponte a alternativa **CORRETA**.

- I – Firewall é um dispositivo que filtra a entrada e saída de pacotes na rede.
  - II – Cavalo de Tróia é um tipo de antivírus que protege o computador contra acesso não autorizado.
  - III – Cookies são vírus que permitem o acesso não autorizado ao computador infectado.
- a) Afirmativas I e II.
  - b) Afirmativas II e III.
  - c) Somente afirmativa II.
  - d) Somente afirmativa I.
  - e) Somente afirmativa III.

### QUESTÃO 18

Quanto ao sistema operacional Microsoft Windows 7, aponte a alternativa **CORRETA** de acordo com as afirmativas abaixo:

- I – O conteúdo armazenado na área de transferência fica disponível mesmo quando o computador é reiniciado.
  - II – O Painel de Controle permite o usuário utilizar funcionalidades básicas como enviar e receber e-mails.
  - III – No menu Propriedades do Disco Local C:\, é possível ter acesso às informações de espaço usado e disponível no Disco Rígido.
- a) Somente afirmativa I.
  - b) Afirmativas I e III.
  - c) Somente afirmativa III.
  - d) Afirmativas II e III.
  - e) Nenhuma das alternativas acima.



### QUESTÃO 19

---

Quanto ao Microsoft Word 2010, analise as afirmativas abaixo e responda a alternativa **CORRETA** que corresponde a aplicação, ao mesmo tempo, dos efeitos Itálico e Negrito usados para formatar a frase:

- I – *Teresina está localizada no Centro-Norte do Piauí;*
- II – Teresina está localizada no Centro-Norte do Piauí;
- III – Teresina está localizada no Centro-Norte do Piauí.

- a) Somente afirmativa I.
- b) Afirmativas I, II e III.
- c) Afirmativas II e III.
- d) Somente afirmativa II.
- e) Nenhuma das afirmativas acima.

### QUESTÃO 20

---

Ao aplicarmos a seguinte fórmula =MEDIA(SOMA(A1:A3);SOMA(A1:A2);SOMA(A2:A3)) numa planilha do Microsoft Excel 2010 e informar respectivamente os valores (3, 6, 9) para as células (A1,A2,A3), qual será o resultado final?

- a) 6
- b) 4,5
- c) 7,5
- d) 3
- e) 14.

**QUESTÃO 21**

O Brasil insere-se no contexto de uma “sociedade da insegurança” ou “sociedade do medo”, pautada no que Silva Sanches denomina de “cultura de emergência” ou reclamo popular por uma maior presença e eficácia das instâncias de controle social. Nesse sentido, o Direito Penal e as instituições do sistema punitivo são eleitos instrumentos privilegiados para responder de forma eficaz os anseios da sociedade, gerando, segundo Díaz Ripollés, o entendimento de que sua contundência e capacidade socializadora são mais eficazes na prevenção aos novos tipos de delitos do que as medidas de política social ou econômica, ou de medidas do Direito Civil ou Administrativo. Trata-se, segundo o mesmo autor, de uma canalização das demandas sociais por mais *proteção* como demandas por *punição*, daí a busca por elementos de orientação *normativa*, onde o Direito Penal assume especial relevância.

A partir das informações do texto, **NÃO** se pode concluir que:

- a) os crimes de perigo abstrato não se amoldam à ideia de “sociedade do medo”.
- b) a intimidação em face da prática de crimes contra a dignidade sexual fora reforçada pelo Direito Penal pátrio.
- c) o tipo penal incriminador previsto no art.288 do Código Penal brasileiro - Associação criminosa – pode ser considerado um exemplo dessa nova política criminal.
- d) a alteração do termo inicial da prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, nos crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, amolda-se à ideia preconizada no texto.
- e) a majoração da pena do delito previsto no parágrafo 9º do art.129 do Código Penal brasileiro – Violência doméstica - amolda-se à ideia preconizada no texto.

**QUESTÃO 22**

Segundo a teoria da tipicidade conglobante proposta por Eugenio Raúl Zaffaroni, quando um médico, em virtude de intervenção cirúrgica cardíaca por absoluta necessidade corta com bisturi a região torácica do paciente, é **CORRETO** afirmar que

- a) responde pelo crime de lesão corporal.
- b) não responde por nenhum crime, pois está albergado pela causa de exclusão de ilicitude do exercício regular de direito.
- c) não responde por nenhum crime, carecendo o fato de tipicidade, já que não podem ser consideradas típicas aquelas condutas toleradas ou mesmo incentivadas pelo ordenamento jurídico.
- d) não responde por nenhum crime, pois estará agindo em erro de tipo provocado por terceiro.
- e) não responde por nenhum crime, pois está albergado pela causa de exclusão de ilicitude do estado de necessidade.

**QUESTÃO 23**

Considerando que Marcos fora processado pelo crime de raptio violento em janeiro de 2005 e mencionado crime fora revogado pela Lei n.11.106, de 28 de março de 2005, julgue as afirmações a seguir:

- I – A lei penal pode retroagir em algumas hipóteses.
  - II – Se Marcos já tiver sido condenado antes de março de 2005, permanecerá sujeito à pena aplicada na sentença condenatória.
  - III – Na hipótese, ocorre a *abolitio criminis*.
  - IV – Se Marcos ainda não tiver sido condenado no juízo *a quo*, poderá ocorrer a extinção da punibilidade desde que ela seja provocada pelo réu.
- a) I, III e IV estão corretas.
  - b) III e IV estão corretas.
  - c) I e IV estão corretas.
  - d) I e III estão corretas.
  - e) II e IV estão corretas.

### QUESTÃO 24

Considerando os elementos que, segundo a doutrina majoritária, compõem o conceito analítico de crime, é **CORRETO** afirmar que o erro de proibição inevitável, o erro de tipo inevitável, os movimentos reflexos, a coação moral irresistível e o estado de necessidade configuram, respectivamente, causas de exclusão:

- a) Tipicidade, culpabilidade, tipicidade, conduta e antijuridicidade.
- b) Culpabilidade, tipicidade, conduta, culpabilidade e antijuridicidade.
- c) Tipicidade, tipicidade, conduta, antijuridicidade e antijuridicidade.
- d) Culpabilidade, antijuridicidade, conduta, culpabilidade e antijuridicidade.
- e) Antijuridicidade, tipicidade, conduta, conduta e culpabilidade.

### QUESTÃO 25

Analise os itens abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) Crimes complexos são aqueles que encerram dois ou mais tipos em uma única descrição legal.
- b) A consumação do crime de concussão ocorre com o recebimento da vantagem indevida.
- c) Dá-se o arrependimento eficaz quando o agente dá início à execução de um delito e desiste de prosseguir em virtude da reação oposta pela vítima.
- d) A restituição integral do valor apropriado aos cofres públicos pelo autor de peculato doloso constitui desistência voluntária e isenta o agente de pena se feita antes do recebimento da denúncia.
- e) Aplica-se a causa de diminuição de pena prevista no art.16 do Código Penal – arrependimento posterior – em todos os crimes patrimoniais.

### QUESTÃO 26

No que se refere aos crimes contra a pessoa, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Não se pune o aborto se a gravidez resulta de estupro, sobretudo se é precedido de consentimento da gestante.
- b) Na injúria há imputação de fato ofensivo à dignidade ou ao decoro da vítima.
- c) Mãe que intencionalmente deixa de amamentar o filho, causando-lhe a morte por inanição, pratica crime comissivo por omissão.
- d) Nos crimes perpetrados contra pessoa maior de sessenta anos, incidirá a agravante de um terço da pena, exceto no caso de injúria.
- e) No crime de difamação admite-se a exceção da verdade se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções.

### QUESTÃO 27

Sobre os crimes contra o patrimônio, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) Os crimes de latrocínio, extorsão, roubo qualificado e extorsão mediante sequestro são classificados como hediondos.
- b) O crime de extorsão mediante sequestro classifica-se como crime material que se consuma quando o agente obtém a vantagem econômica exigida.
- c) No roubo o bem é retirado da vítima, enquanto que na extorsão ela própria é quem o entrega ao agente.
- d) O denominado “sequestro relâmpago” é uma modalidade de crime de extorsão cometido mediante a privação total da liberdade da vítima.
- e) As formas qualificadas do roubo não decorrem, necessariamente, do emprego da violência.

### QUESTÃO 28

No que se refere aos crimes contra a fé pública, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Para caracterização do crime de uso de documento falso, é necessário que o documento falso seja efetivamente utilizado em sua destinação específica.
- b) A falsidade é material quando o vício incide sobre o aspecto físico do documento, a sua forma.
- c) O crime de moeda falsa não prevê qualquer modalidade culposa.
- d) No crime de falsificação de documento público, se o agente é funcionário público e se prevalece do cargo para cometê-lo, sua pena será aumentada em um sexto.
- e) A denominada “cola eletrônica” consistente na utilização de conteúdo sigiloso em certames de interesse público não pode ser considerada crime.

### QUESTÃO 29

Quanto aos crimes praticados contra a Administração Pública é **CORRETO** afirmar:

- a) O funcionário que, nos crimes de peculato, reparar o dano até a publicação da sentença condenatória, fará jus à extinção da punibilidade.
- b) Constitui crime de corrupção ativa prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo omitir ato de ofício.
- c) Nos crimes de favorecimento pessoal e real, caso o sujeito ativo seja ascendente ou descendente do criminoso, fica isento de pena.
- d) O agente que pede dinheiro a pretexto de influir em ato a ser praticado pelo representante do Ministério Público incorre em crime de tráfico de influência.
- e) Comete crime contra as finanças públicas gestor que ordenar, autorizar ou executar ato que acarrete aumento de despesa total com pessoal nos doze meses anteriores ao final do mandato ou da legislatura.

### QUESTÃO 30

No que se refere aos crimes contra a paz pública, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) O art.288-A do Código Penal brasileiro constitui um tipo penal aberto, posto que o legislador deixara de definir o que se pode entender por “organização paramilitar”, “milícia particular”, “grupo” e “esquadrão”.
- b) Para configuração do crime de associação criminosa não se exige a realização do fim visado, mas tão somente o simples fato de figurar como integrante da associação.
- c) Como a nova redação do tipo penal previsto no art.288 do Código Penal brasileiro exige a associação de apenas três pessoas, esta se caracteriza como norma mais severa e, assim, irretroativa neste aspecto.
- d) O crime de constituição de milícia privada caracteriza-se como delito plurissubjetivo ou de concurso necessário.
- e) O crime de constituição de milícia privada não exige, para sua configuração, um elemento subjetivo especial, podendo a prática recair sobre qualquer crime previsto no ordenamento jurídico brasileiro.

### QUESTÃO 31

Configuram desdobramento do princípio da reserva legal, **EXCETO**,

- a) *Lex praevia*.
- b) *Lex stricta*.
- c) *Lex scripta*.
- d) *Lex certa*.
- e) *Ultima ratio*.

## QUESTÃO 32

Considere o seguinte caso: Uma pessoa A, totalmente inexperiente no manejo de arma de fogo, dispara com intenção de matar B, mas a uma distância a partir da qual nenhum observador acreditaria ser possível acertar o alvo, mesmo para o mais experiente atirador. Não obstante, o disparo de A alcança e mata B.

Tomando em conta a teoria da imputação objetiva, como formulada por Claus Roxin e Günter Jakobs, pode-se afirmar que

- a) existe nexó de causalidade, vez que o disparo de A foi uma condição sem a qual o resultado (morte de B) não teria ocorrido.
- b) existe nexó de causalidade, vez que o resultado era previsível e evitável e havia dolo por parte de A.
- c) inexistente nexó de causalidade, pois temos concausa superveniente absolutamente independente que, sozinha, causou o resultado.
- d) inexistente nexó de causalidade, pois, em uma análise *ex ante*, não havia previsibilidade do resultado, vez que a conduta de A, analisada por um observador isento, não seria idônea para criar um risco proibido ao bem jurídico.
- e) existe nexó de causalidade, pois a conduta, além de dolosa, foi idônea a expor um bem jurídico a risco proibido, bem como o resultado lesivo, além de possível, chegou a ocorrer.

**QUESTÃO 33**

Avalie as asserções a seguir.

A sentença penal condenatória corresponde ao ponto de convergência entre a prova da materialidade do fato e da autoria com a culpabilidade, punibilidade e tipicidade da conduta

PORQUE

exaure, mediante o contraditório e a ampla defesa, o conteúdo probatório relacionado à materialidade do fato e da autoria.

Analisando a relação proposta entre as duas assertivas acima, assinale a opção **CORRETA**.

- a) As duas assertivas são proposições verdadeiras e a segunda é uma justificativa correta da primeira.
- b) As duas assertivas são proposições verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa correta da primeira.
- c) A primeira assertiva é uma proposição verdadeira e a segunda é falsa.
- d) A primeira assertiva é uma proposição falsa e a segunda é verdadeira.
- e) As duas assertivas são proposições falsas.

**QUESTÃO 34**

Na atual processualística penal, com as modificações implementadas pela Lei nº 12.403/11, pode-se afirmar que

- a) a prisão preventiva poderá ser decretada de ofício pelo juiz no curso da ação penal ou na fase pré-processual.
- b) a prisão temporária, assim como a prisão preventiva, está submetida à presença do *fumus commissi delicti* e ao *periculum libertatis*.
- c) o princípio da provisionalidade das prisões cautelares refere-se à adequação e proporcionalidade da imposição da medida.

- d) a prisão em flagrante, uma vez comunicada ao magistrado e por ele convalidada, manter-se-á eficaz.
- e) a prisão preventiva não existe sem prévio flagrante.

**QUESTÃO 35**

Segundo Alonso (apud LOPES, 2013), “o processo evolui em linhas coerentes com a pena. Inicia com a autotutela ou defesa privada, em que por meio da coação particular o sujeito agredido resolve (ou tenta resolver) de forma direta o conflito, impondo a sua vontade”. São exemplos que ainda perduram na atual conjuntura jurídica, **EXCETO**,

- a) somente legítima defesa.
- b) somente estado de necessidade.
- c) somente o estrito cumprimento do dever legal.
- d) legítima defesa e estado de necessidade.
- e) legítima defesa, estado de necessidade e estrito cumprimento do dever legal.

### QUESTÃO 36

Segundo Aury Lopes Junior, “A palavra processo vem do verbo *procedere*, significando avançar, caminhar em direção a um fim [...]” e

**POR ISSO**

envolve a ideia de temporalidade, de um desenvolvimento temporal desde um ponto inicial até alcançar-se o ponto desejado.

Analisando a relação proposta entre as duas assertivas acima, assinale a opção **CORRETA**.

- a) As duas assertivas são proposições verdadeiras e a segunda é uma justificativa correta da primeira.
- b) As duas assertivas são proposições verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa correta da primeira.
- c) A primeira assertiva é uma proposição verdadeira e a segunda é falsa.
- d) A primeira assertiva é uma proposição falsa e a segunda é verdadeira.
- e) As duas assertivas são proposições falsas.

### QUESTÃO 37

Após análise das asserções a seguir, assinale a alternativa **CORRETA**

- I – O Ministério Público poderá requisitar a instauração de inquérito policial e acompanhar sua evolução, porém a sua presença é secundária e contingente, pois o órgão encarregado de dirigir o inquérito é a polícia judiciária.
- II – O inquérito policial nasce da mera possibilidade, mas objetiva a probabilidade, não sofrendo seu campo probatório nenhuma restrição.
- III – O inquérito policial busca a verossimilhança do crime, o *fumus commissi delicti*, inexistindo, pois, a plena discussão das teses fáticas.

IV – A representação criminal é um ato jurídico regido por critérios de oportunidade e conveniência de quem tenha legitimidade para fazê-la, mas o Ministério Público, objetivando o oferecimento da Denúncia, poderá exigí-la do ofendido.

V – O prazo para representar é decadencial de seis meses, contados da data em que ocorrera o fato.

- a) Há somente uma assertiva correta.
- b) Há duas assertivas corretas.
- c) Há três alternativas corretas.
- d) Há quatro assertivas corretas.
- e) As cinco assertivas estão corretas.

### QUESTÃO 38

Em matéria de prova no processo penal, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) No Sistema Acusatório não há distribuição de cargas probatórias, posto que a carga da prova está inteiramente nas mãos do acusador.
- b) O problema da carga probatória é uma regra para o juiz, proibindo-o de condenar alguém cuja culpabilidade não haja sido provada.
- c) Incumbe ao acusador provar a presença de todos os elementos que integram a tipicidade, ilicitude e a culpabilidade, bem como a inexistência das causas de justificação.
- d) O princípio do contraditório relaciona-se intimamente com o princípio do *audiatur et altera pars*, com a oitiva de ambas as partes, sob pena de parcialidade do magistrado.
- e) Em termos de valoração das provas, o Brasil adota o sistema legal de provas.

### QUESTÃO 39

O art.157 do Código de Processo penal preleciona serem “[...] inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais”. Em vista do exposto, analise as afirmativas a seguir, assinalando a alternativa **INCORRETA**.

- I – Dar-se-á a prova ilegítima ante a violação de uma regra de direito processual penal no momento da sua produção em juízo.
  - II – A prova ilícita é aquela que viola regra de direito material ou a Constituição no momento da sua coleta, senso, assim, exterior ao processo.
  - III – O princípio da contaminação da prova ilícita tem sua origem na expressão *fruits of the poisonous tree* cunhada em caso pela Corte Suprema estadunidense.
- a) Estão corretas as assertivas I e II.
  - b) Estão corretas as assertivas II e III.
  - c) As assertivas I e II estão incorretas.
  - d) A assertiva III está incorreta.
  - e) Todas as assertivas estão corretas.

### QUESTÃO 40

Acerca da prova no processo penal, pode-se afirmar:

- a) não se pode confundir o exame de corpo de delito com as perícias em geral.
- b) nos crimes de estupro e tortura o Delegado de Polícia, por ocasião da requisição pericial, restringirá seus quesitos ao âmbito do corpo de delito e aos elementos jurídicos que caracterizam aqueles crimes.
- c) a confissão do acusado é suficiente para a comprovação da materialidade do delito.
- d) a materialidade dos crimes que deixam vestígios será comprovada mediante exame de corpo de delito que só poderá ser do tipo direto.
- e) no caso da maconha, o princípio ativo *tetrahydrocannabinol* – THC, poderá ser atestado por fotografia ou depoimentos atestando o seu aspecto físico ou olfativo.

### QUESTÃO 41

Quanto às questões prejudiciais e processos incidentes, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) As questões prejudiciais podem ser classificadas em obrigatórias e facultativas.
- b) O Código de Processo Penal não permite que as exceções sejam declaradas de ofício pelo juiz, independentemente de serem dilatórias ou peremptórias.
- c) O juiz dar-se-á por suspeito se tiver aconselhado qualquer das partes.
- d) O Ministério Público não poderá ser objeto de suspeição.
- e) Não há que se falar em preclusão ou *prorrogatio fori* nos casos de exceção de incompetência absoluta.

### QUESTÃO 42

Em matéria de competência no processo penal, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) O processo e julgamento dos crimes previstos na Lei nº 9.613/98 (modificada pela Lei nº 12.683/12) obedece às disposições relativas ao procedimento comum dos crimes punidos com reclusão, da competência do juiz singular.
- b) Em se tratando de tráfico de drogas, se não ficar comprovada a internacionalidade, a competência é da Justiça Estadual.
- c) Se o crime praticado consistir em grave violação dos direitos humanos poderá haver o deslocamento da competência para a Justiça Federal.
- d) O juiz natural de caso relacionado a crimes praticados por organização criminosa poderá decidir pela formação de um órgão colegiado, composto por mais um juiz para proferir sentença.
- e) Não existe conexão quando o crime é único.



### QUESTÃO 43

Quanto ao novo regime da liberdade provisória é **INCORRETO** afirmar:

- a) no sistema brasileiro, a liberdade provisória se situa após a prisão em flagrante e antes da prisão preventiva, como medida impeditiva da prisão cautelar.
- b) não é uma medida originária, senão substitutiva da prisão em flagrante.
- c) a afiançabilidade não é condição *sine qua non* para a concessão da liberdade provisória.
- d) mesmo em crime hediondo ou qualquer outro crime inafiançável poderá o juiz conceder liberdade provisória.
- e) o delegado de polícia poderá conceder fiança em qualquer crime cuja pena mínima não exceda 4 anos.

- d) Inexiste previsão legal para trancamento de ação penal via *habeas corpus* por ausência de justa causa.
- e) Só é possível trancamento da ação penal nos casos de decisões que extinguem a punibilidade.

### QUESTÃO 44

Maria foi denunciada pela prática do crime de furto na modalidade simples. O Ministério Público, considerando estarem presentes as condições para propositura da suspensão condicional do processo prevista no art.89 da Lei nº 9.099/95, oferecera mencionada proposta que fora aceita por Maria e homologada pelo magistrado, tendo este suspenso o processo pelo prazo de dois anos com imposição das condições a serem cumpridas nesse prazo. Considerando a narrativa, assinale a assertiva **CORRETA**.

- a) Maria poderá impetrar *habeas corpus* objetivando o trancamento da ação penal por ausência de justa causa, embora tenha aceitado a proposta.
- b) Maria não poderá impetrar *habeas corpus* uma vez concordado com a suspensão condicional do processo, renuncia ao interesse de agir.
- c) Não cabe *habeas corpus* no âmbito dos Juizados Especiais Criminais.

**QUESTÃO 45**

Entre os chamados sentidos doutrinariamente atribuídos à Constituição, existe um que realiza a distinção entre Constituição e lei constitucional. Assinale a alternativa que o contempla.

- a) Sentido político.
- b) Sentido sociológico.
- c) Sentido jurídico.
- d) Sentido culturalista.
- e) Sentido simbólico.

**QUESTÃO 46**

Em relação ao controle de constitucionalidade, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) A propositura de ação direta de inconstitucionalidade de lei inibe, mesmo que ainda não tenha sido proferida decisão, a realização de controle difuso.
- b) No Direito brasileiro, o controle de constitucionalidade somente pode ser realizado pelo Poder Judiciário.
- c) A arguição de descumprimento de preceito fundamental pode ser proposta diretamente por qualquer pessoa lesada ou ameaçada de lesão por ato do Poder Público.
- d) Diferentemente do que ocorre em relação à Ação Declaratória de Constitucionalidade, não cabe medida cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.
- e) Diferentemente do que ocorre em relação à Ação Direta de Inconstitucionalidade, o objeto da Ação Declaratória de Constitucionalidade é somente lei ou ato normativo federal.

**QUESTÃO 47**

Sobre os direitos individuais e coletivos, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) Inspirada no princípio da dignidade da pessoa humana, a Constituição Federal

de 1988 não permite, em hipótese alguma, as seguintes penas: de morte, de caráter perpétuo, de trabalhos forçados, de banimento, cruéis.

- b) É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados: a plenitude de defesa, a publicidade das votações, a soberania dos veredictos e a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.
- c) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, e unicamente em caso de comprovado envolvimento na prática de crime de tráfico de seres humanos verificado antes da naturalização.
- d) Os tratados e convenções internacionais sobre Direitos Humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- e) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização do Poder Executivo, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

**QUESTÃO 48**

No que diz respeito aos chamados remédios constitucionais, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) Não cabe *habeas corpus* para questionar a legalidade de punições disciplinares militares.
- b) Entre os legitimados para a impetração de mandado de segurança coletivo, figuram, entre outros, o Procurador Geral da República e partido político com representação no Congresso Nacional.

- c) Em matéria de mandado de injunção, o pacífico entendimento contemporaneamente adotado pelo Supremo Tribunal Federal, em oposição à sua antiga posição, é o chamado não concretista.
- d) O *habeas data* é o remédio constitucional adequado para viabilizar o acesso a informações relativas à pessoa do impetrante, não se prestando para a retificação de dados.
- e) Importante instrumento democrático de participação na vida pública, a ação popular pode ser ajuizada por qualquer cidadão, assim considerado o brasileiro nato ou naturalizado, desde que comprove estar em pleno gozo de seus direitos políticos.

#### QUESTÃO 49

Considerando o regramento constitucional pertinente à nacionalidade e aos direitos políticos, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) Não são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, ainda que de pai brasileiro ou mãe brasileira.
- b) São privativos de brasileiro nato, entre outros, os cargos da carreira diplomática e de oficial das Forças Armadas.
- c) É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de incapacidade civil absoluta, e condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.
- d) Não podem alistar-se como eleitores os analfabetos, os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
- e) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade, mesmo nos casos de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira.

#### QUESTÃO 50

Em relação às medidas provisórias, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) O prazo de duração das medidas provisórias é de sessenta dias, prorrogável, uma vez por igual período. Diferentemente da redação original da Constituição Federal de 1988, não mais se admite a suspensão do prazo durante o recesso parlamentar.
- b) Logo que publicada a medida provisória, as demais normas do ordenamento jurídico que com ela não guardem compatibilidade serão consideradas revogadas.
- c) Entre as matérias cuja disciplina por medida provisória encontra-se expressamente vedada pela Constituição Federal de 1988, encontram-se as referentes a partidos políticos, organização do Ministério Público e direito penal.
- d) Por razões de segurança jurídica, é inadmissível a rejeição tácita de medida provisória. Com efeito, a ausência de apreciação pelo Congresso Nacional após o transcurso do prazo de duração da medida provisória, opera a sua imediata transformação em lei.
- e) Se a medida provisória não for apreciada em até trinta dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subseqüentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.

## QUESTÃO 51

A partir das normas que disciplinam o tratamento constitucional dispensado aos deputados e senadores, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) Não perderá o mandato o Deputado ou Senador licenciado pela respectiva Casa por motivo de doença, ou para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por sessão legislativa.
- b) As imunidades de Deputados ou Senadores não subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser restabelecidas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, e desde que caracterizada a compatibilidade com a execução da medida.
- c) Perderá o mandato o Deputado ou Senador que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, a um quarto das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada.
- d) Os Deputados e Senadores não poderão, desde a expedição do diploma, ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.
- e) Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos, sendo, mesmo por delitos cometidos após o encerramento do mandato, julgados pelo Supremo Tribunal Federal.

## QUESTÃO 52

À luz das normas constitucionais sobre o Poder Judiciário, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) Um quinto dos lugares do Supremo Tribunal Federal será composto de membros, do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.
- b) Aos juízes federais compete processar e julgar o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.
- c) A aprovação de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal poderá ocorrer de ofício, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional. A vinculação abrangerá a atuação dos demais órgãos do Poder Judiciário e da administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- d) Entre as vedações que caracterizam o regime jurídico aplicável à magistratura está a impossibilidade de exercer a advocacia antes de decorridos três anos do afastamento do cargo.
- e) As causas em que forem parte instituição de previdência social e segurados, serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários, sempre que a comarca não seja sede de vara do juízo federal, cabendo recurso para o Tribunal de Justiça do Estado.

### QUESTÃO 53

Considerando o que estabelecem as normas constitucionais sobre o Poder Executivo, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) A perda do cargo é a consequência inafastável para o Prefeito que assumir outro cargo ou função na Administração Pública, seja direta ou indireta.
- b) A vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, verificada nos últimos dois anos do mandato, ensejará a realização de eleição, pelo Congresso Nacional, para ambos os cargos vagos, a ser realizada trinta dias depois da última vaga.
- c) Do Conselho da República participam, também, seis cidadãos brasileiros, com mais de trinta e cinco anos de idade, nomeados pelo Presidente da República, todos com mandato de quatro anos, admitida uma única recondução.
- d) Os requisitos constitucionais para assumir o cargo de Ministro de Estado, auxiliar do Presidente da República, são os seguintes: ter mais de vinte e um anos de idade; estar no exercício dos direitos políticos; e ser brasileiro nato.
- e) Nos crimes de responsabilidade, o Presidente da República é julgado pela Câmara dos Deputados, sob a direção do Presidente do Supremo Tribunal Federal, com a necessária autorização prévia do Senado Federal.

### QUESTÃO 54

Tratando-se da organização constitucional da segurança pública, é **CORRETO** afirmar que

- a) as funções de polícia judiciária da União são exercidas pela polícia federal, pela polícia rodoviária federal, e pela polícia ferroviária federal.
- b) às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, inclusive as militares.
- c) a polícia militar, o corpo de bombeiro militar, bem como com a polícia civil do Distrito Federal estão subordinadas à União, sob a direção do Presidente da República.
- d) os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção dos seus bens, serviços e instalações, não lhes cabendo o exercício de funções de polícia judiciária.
- e) a coordenação das atividades de segurança pública é atribuição do Conselho de Segurança Militar, órgão de assessoramento do Presidente da República.

**QUESTÃO 55**

Caio ingressou no serviço público há 01 (um ano), contudo, Caio não tem cumprido metas, não vem desempenhando suas atividades dentro da Administração Pública a contento. Com base neste episódio que controle da administração pública possui como função a de observar a eficiência do agente administrativo dentro do princípio da legalidade?

- a) Controle administrativo e financeiro.
- b) Controle administrativo.
- c) Controle político.
- d) Controle judicial.
- e) Controle legal.

**QUESTÃO 56**

Terêncio, delegado de polícia, atendia com presteza e gentileza apenas algumas pessoas na cidade na qual exercia seu mister. Terêncio feria o seguinte princípio da administração pública:

- a) autotutela.
- b) razoabilidade.
- c) publicidade.
- d) moralidade.
- e) eficiência.

**QUESTÃO 57**

Dentre as assertivas abaixo, marque aquela que indica um serviço descentralizado e concentrado ao mesmo tempo.

- a) Autarquia sem subdivisões internas
- b) Presidência da República e Ministério da Educação
- c) Departamento de Filosofia da Fundação Pública Monte Sinai
- d) Sociedade de economia mista e suas superintendências
- e) Ministério do Planejamento

**QUESTÃO 58**

**NÃO** pode ser verificado serviços relativos ao poder extroverso do Estado em:

- a) a cobrança e fiscalização dos impostos.
- b) fiscalização do cumprimento de normas sanitárias.
- c) controle do meio ambiente.
- d) serviço de emissão de passaportes.
- e) emissão de certidão.

**QUESTÃO 59**

Nas situações abaixo, marque a alternativa que contempla autorização.

- a) Solicitação de José à Prefeitura Municipal de Teresina para a construção de um prédio em uma avenida.
- b) Requerimento à Prefeitura Municipal para transporte de passageiros.
- c) Solicitação para instalação de banca de jornal permanente na Praça Saraiva.
- d) Requerimento para ingresso de aluno na Escola Pública.
- e) Solicitação de porte de arma junto à Secretaria de Segurança Pública.

**QUESTÃO 60**

São direitos constitucionais daqueles que exercem cargo público, **EXCETO**,

- a) direito à livre associação sindical.
- b) direito à greve, nos termo e nos limites definidos por lei específica.
- c) irredutibilidade dos vencimentos.
- d) ser convocado, se aprovado em concurso público, durante o prazo previsto no edital de convocação.
- e) poder acumular o cargo público técnico com o de professor, se houver compatibilidade de horários.

### QUESTÃO 61

A Lei nº 9.784/99 estabelece normas sobre o Processo Administrativo no âmbito da Administração Federal direta e indireta. Pode-se afirmar que o princípio que a Administração Pública deve obedecer a fim de que todo processo administrativo chegue ao seu final, ou seja, tenha uma decisão conclusiva, que solucione a controvérsia, é o

- a) da legalidade.
- b) da eficiência.
- c) da ampla defesa.
- d) da finalidade.
- e) do interesse público.

### QUESTÃO 62

Na hipótese de uma autarquia realizar um contrato verbal com uma empresa prestadora de serviços de vigilância, pode-se dizer que foi ferido o seguinte requisito do ato administrativo:

- a) competência.
- b) finalidade.
- c) forma.
- d) motivo.
- e) objeto.

### QUESTÃO 63

Quanto as espécies de atos administrativo, marque a alternativa **CORRETA**.

- a) Atos normativos são os que contem um comando geral do Poder Judiciário visando à correta aplicação da lei.
- b) Atos ordinatórios são os que visam a disciplinar o funcionamento da Administração e a conduta de seus agentes no desempenho de suas atribuições.
- c) Atos negociais são os que contêm uma declaração de vontade da Administração com o objetivo de concretizar negócios jurídicos, conferindo ao particular poder de gerenciar, é ato bilateral.

- d) Atos enunciativos são os que contêm o julgamento da Administração nos processos administrativos, contendo relatório, fundamentação e dispositivo.
- e) Atos punitivos são aqueles que infringirem disposições legais, que contêm uma sanção imposta pela administração podendo ser multa e pena restritiva de direitos.

### QUESTÃO 64

Dentre as assertivas, marque aquela que contenha a ordem que expresse - Poder vinculado.

- a) Aposentadoria compulsória por implemento de idade.
- b) Gradação de penalidade em processo administrativo.
- c) Exoneração de cargo comissionado.
- d) Concessão de alvará para atividade comercial.
- e) Emissão de certidão.

**QUESTÃO 65**

É na Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro que encontramos normas que disciplinam o âmbito de aplicação das normas jurídicas. Dentre as alternativas abaixo, marque a **CORRETA**.

- Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país 45 (quarenta e cinco) dias depois de oficialmente ultrapassado o período de *vacatio legis*.
- A vigência das leis, que os governos estaduais elaborem por autorização do Governo Federal, depende da aprovação deste e começará no prazo que a legislação estadual fixar.
- A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
- Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes, os princípios gerais de direito e equidade.
- A lei em vigor terá efeito imediato, condicional e geral, respeitadas o ato jurídico perfeito, direito adquirido e a coisa julgada.

**QUESTÃO 66**

Patrícia era mãe de três filhos: Amanda, 20 anos, Stéfano, 18 anos, George, 17 anos. Sabendo que Amanda era paralítica, Stéfano se drogava e bebia diariamente e George vivia em união estável com Fátima, é **CORRETO** afirmar que tem capacidade de fato

- somente Amanda.
- Stéfano e George.
- Amanda e Stéfano.
- Amanda, Stéfano e George.
- Amanda e George.

**QUESTÃO 67**

Acerca do domicílio, assinale a opção **CORRETA**.

- Rejane possui um filho, Lutero, que é incapaz. Lutero está em Fortaleza com sua tia, pode-se afirmar que o domicílio de Lutero é Fortaleza, porque o domicílio do incapaz é o do local onde se encontra.
- As partes contratantes podem especificar, nos contratos celebrados por escrito, o domicílio onde serão exercidos os direitos e obrigações resultantes dos mesmos, a este domicílio chamamos de domicílio de eleição.
- Agostinho vive em Parnaíba, e passa férias em Teresina. É correto dizer que o domicílio de Agostinho é Teresina.
- Célia vive alternativamente em Altos e Campo Maior, sabendo que Altos é o primeiro domicílio de Célia, pode-se afirmar que somente Altos é seu domicílio.
- Maria estabeleceu sua residência com ânimo definitivo em Teresina, pode-se dizer então que Teresina é o domicílio de Maria.

**QUESTÃO 68**

Ana desapareceu. Após declarada encerrada as buscas, em depoimento à polícia, seu marido afirmou que matou a mulher e deu seu corpo aos cães, neste caso é **CORRETO** afirmar:

- Ana teve morte presumida, sem necessidade de decretação de ausência.
- Se Ana tivesse 70 anos, e há cinco não se tem notícias, será declarada a sucessão definitiva de Ana.
- Deve ser decretada a sucessão provisória de Ana.
- Caso Ana não seja encontrada em 2 (dois) anos será declarada ausente.
- Deve ser declarada a ausência de Ana.



### QUESTÃO 69

Quanto às formas de aquisição da propriedade móvel, julgue os itens.

- I - A descoberta não é forma de aquisição da propriedade móvel.
- II - A usucapião não é forma de aquisição de propriedade móvel.
- III- A especificação é forma de aquisição originária de propriedade móvel.
- IV- Tradição não é forma de aquisição de propriedade móvel.

- a) Estão corretos os itens II e III.
- b) Estão corretos os itens I e II, somente.
- c) Apenas o item IV é falso.
- d) Apenas o item I está correto.
- e) Estão corretos os itens II e IV.

### QUESTÃO 70

Dentre os contratos abaixo, todos são de depósito, **EXCETO**,

- a) hospedagem de um cachorro na clínica veterinária.
- b) hospedagem de um animal de estimação na casa do vizinho.
- c) veículo no estacionamento do shopping enquanto se faz compras.
- d) alienação fiduciária.
- e) entrega de um veículo em retribuição de quantia em dinheiro.

### QUESTÃO 71

Sobre a reparação civil, é **CORRETO** dizer que:

- a) respondem os pais sobre atos lesivos causados por filho incapaz, mesmo que este não se ache sob sua autoridade ou em sua companhia.
- b) o empregador não é responsável por dano causado por empregado seu, quando diretamente não deu ordens de execução.
- c) as escolas respondem por danos causados em um aluno por outros alunos

- d) os donos de hospedarias não respondem pelos danos que seus empregados causarem a seus hóspedes, somente os donos de hotéis respondem por atos de seus empregados.
- e) as pessoas jurídicas de direito privado só respondem subjetivamente por atos praticados por seus funcionários.

### QUESTÃO 72

São exemplos de obrigação de fazer infungível.

- I- Celebração de contrato oneroso, no qual a arquiteta Marina, contraiu obrigação *intuitu personae* de decorar o imóvel de Celeste.
- II- Celebração de contrato oneroso de uma banda para tocar em uma festa.
- III- Contrato oneroso com oficina para recuperar o motor de um veículo.
- IV- Celebração de contrato gratuito com fins de realizar inscrição em um concurso em cidade diferente do domicílio do mandante.

- a) Estão corretos os itens II e III.
- b) Apenas o item I está correto.
- c) Estão corretos os itens I e II, somente.
- d) Apenas o item IV é falso.
- e) Estão corretos os itens II e IV.

**QUESTÃO 73**

Segundo pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA no período de 2009 a 2011, o Piauí figura em último lugar no “ranking” dos feminicídios, com uma taxa de 2,71 mortes para cada 100 mil mulheres. A mesma pesquisa, analisando o impacto da Lei nº11.340/06, constatou não ter havido influência capaz de reduzir o número de mortes de mulheres, posto que as taxas permaneceram estáveis antes e depois da vigência da mencionada lei. Referido diploma legal buscou coibir a violência contra a mulher através de mecanismos jurídicos consistentes na prevenção e enfrentamento àquela violência, **EXCETO**,

- a) possibilidade de decretação de prisão preventiva pelo descumprimento de medidas protetivas de urgência.
- b) possibilidade da adoção de medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor e que protegem a ofendida.
- c) inaplicabilidade da Lei nº 9.099/95 aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista.
- d) interpretação atendendo aos fins sociais a que a lei se destina e, especialmente, as condições peculiares das mulheres em situação de violência doméstica e familiar.
- e) possibilidade de concessão de medida protetiva de urgência a requerimento do Ministério Público, a pedido da ofendida ou por representação do Delegado de Polícia.

**QUESTÃO 74**

A Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) prevê, no item 2, do art.8º, como garantias judiciais, **EXCETO**,

- a) necessária motivação das decisões judiciais.
- b) concessão ao acusado do tempo e dos meios adequados para a preparação de sua defesa.
- c) direito de recorrer da sentença para juiz ou tribunal superior.
- d) direito de não ser obrigado a depor contra si mesmo, nem a declarar-se culpado.
- e) comunicação prévia e pormenorizada ao acusado da acusação formulada.

## QUESTÃO 75

Acerca dos crimes previstos nas leis penais especiais, assinale a opção **INCORRETA**.

- a) Nos termos da Lei nº 12.850/13, o delegado de polícia terá acesso, independentemente de autorização judicial, aos dados cadastrais do investigado que informem exclusivamente a qualificação pessoal, a filiação e o endereço mantidos pela Justiça Eleitoral, empresas telefônicas, instituições financeiras, provedores de internet e administradoras de cartão de crédito.
- b) O sujeito ativo do crime de tortura pode não recair, necessariamente, em funcionário público.
- c) A violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei nº 11.340/06, não se restringe ao tipo penal previsto no §9º, do art.129 do Código Penal.
- d) A Lei nº 9.296/96 que trata das interceptações de comunicações telefônicas restringe-se à interceptação do fluxo de comunicações em sistemas de informática no curso da investigação criminal e em instrução processual penal.
- e) A lei nº 10.741/03 – Estatuto do Idoso – amplia o conceito de infração de menor potencial ofensivo ao permitir a aplicação do procedimento previsto na Lei nº 9.099/95 aos crimes nela previstos cuja pena privativa de liberdade máxima não ultrapasse quatro anos.

## QUESTÃO 76

Segundo Grinover (2013), “Etimologicamente, interceptar (de *inter* e *capio*) tem o sentido de “deter na passagem” e, conseqüentemente, de impedir que algo chegue ao lugar a que se dirigia. Em sentido lato, define-se “interceptação telefônica” como qualquer ato de interferência nas comunicações telefônicas alheias, quer com a finalidade de impedi-las, quer com a finalidade de delas tomar conhecimento”. Ainda segundo a autora, o telefone, como meio de comunicação verbal e à distância, tornou-se um instrumento insubstituível nas relações usuais da vida contemporânea, fazendo com que o campo das comunicações telefônicas seja aquele em que o fenômeno das interceptações ilícitas toma dimensões preocupantes, por ser o setor onde a violação do direito à intimidade pode mais facilmente se manifestar, sem o conhecimento do titular do direito.

À luz destas considerações e da Lei nº 9.296/96 que regula a interceptação de comunicações telefônicas, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) A interceptação telefônica poderá ser ordenada pelo juiz quando sua destinação for para instruir procedimento administrativo disciplinar.
- b) O magistrado poderá, excepcionalmente, admitir pedido de interceptação telefônica na forma verbal.
- c) Não será possível interceptação telefônica em crime punido com pena privativa de liberdade de detenção.
- d) A realização de interceptação telefônica sem autorização judicial constitui contravenção penal.
- e) Só será admitida interceptação telefônica quando a prova não puder ser feita por outros meios disponíveis.

### QUESTÃO 77

De acordo com o previsto no Estatuto da Polícia Civil, assinale a alternativa que contempla violação de dever punível com suspensão.

- a) Cobrar carceragem, custas, emolumentos ou qualquer outra quantia ou vantagem não prevista em lei.
- b) Revelar sua qualidade de policial fora dos casos necessários ou convenientes ao serviço.
- c) Frequentar, sem razão de serviço, lugares incompatíveis com o decoro da função policial.
- d) Lançar em livros oficiais de registro, anotações, reclamações, reivindicações ou quaisquer outras matérias estranhas as suas finalidades.
- e) Praticar violência desnecessária no exercício da função policial ou a pretexto de exercê-la.

### QUESTÃO 78

Assinale, de acordo com o previsto no Estatuto da Polícia Civil, a alternativa **CORRETA** sobre o Conselho Superior de Polícia Civil.

- a) Entre os membros eleitos, estão dois titulares de departamentos diretamente subordinados ao Secretário da Segurança Pública.
- b) Cabe ao Conselho, entre outras atribuições, decidir sobre o cumprimento dos requisitos relativos ao estágio probatório dos servidores policiais civis.
- c) A presidência do Conselho compete ao Governador do Estado.
- d) As manifestações do Conselho Superior da Polícia Civil serão sempre aprovadas por maioria simples de voto.
- e) A composição do Conselho coincide, integralmente, com a composição da comissão do concurso para o provimento de cargos da Polícia Civil.

### QUESTÃO 79

O retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado em razão de inabilitação em estágio probatório pertinente a outro cargo, de acordo com o previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Piauí, é chamado de

- a) Recondição.
- b) Redistribuição.
- c) Aproveitamento.
- d) Readaptação.
- e) Reversão.

### QUESTÃO 80

Sobre as licenças previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Piauí, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) A licença por motivo de doença de cônjuge será concedida sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, até sessenta dias, podendo ser prorrogada por mais sessenta dias, mediante parecer de junta médica, e, excedendo estes prazos, sem remuneração.
- b) Após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor fará jus ao afastamento do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por seis meses, para participar de curso de capacitação profissional.
- c) Pelo nascimento ou adoção de filhos, o servidor terá direito à licença-paternidade de cinco dias corridos a partir do parto do cônjuge ou da companheira.
- d) A licença para tratar de interesses particulares não será concedida ao servidor ocupante de cargo em comissão ou em estágio obrigatório. Ademais, é vedada a concessão de nova licença a servidor estável antes de decorridos dois anos do término da anterior.
- e) À servidora que adotar ou obtiver guarda judicial de criança serão concedidos cento e oitenta dias de licença remunerada.